

ÁREA TEMÁTICA: FINANÇAS

CONVERGÊNCIA PARA AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE EM 2010 NO BRASIL: QUAIS EMPRESAS ESTÃO PREPARADAS?

AUTORES

JOSE ARI VERHAGEM

FURB - Universidade Regional de Blumenau
jverhagem@heringnet.com.br

PATRÍCIA SIQUEIRA VARELA

Universidade Regional de Blumenau - FURB
psvarela@usp.br

Resumo

No processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, atualmente, as empresas de capital aberto, seguradoras e instituições financeiras passam por um segundo desafio com a obrigatoriedade de adoção dos pronunciamentos de números 15 a 40 emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo verificar se as empresas que fizeram a adoção antecipada das normas internacionais de contabilidade no 1º trimestre/2010 se diferenciam quanto ao nível de governança corporativa e à existência de incentivos econômicos associados a este processo. Para isso, com base em estatísticas descritivas, teste qui-quadrado e de igualdades de médias, buscou-se caracterizar e diferenciar as empresas componentes do índice IBrX-50 da Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo – que fizeram ou não a adoção antecipada dos pronunciamentos quanto ao nível de governança corporativa, tamanho, exposição ao mercado internacional, necessidade de endividamento e oportunidade de crescimento. Os resultados sugeriram que as empresas maiores e com maior exposição ao mercado internacional foram as mais propensas a fazer a adesão antecipada aos novos dispositivos, o que não ocorreu com as empresas classificadas no Novo Mercado quanto à governança corporativa.

Palavras-chaves: convergência às normas contábeis internacionais, governança corporativa, incentivos econômicos.

Abstract

The convergence of international standards accounting process, currently, the publicly traded companies, insurance and financial companies go through a second challenge with the compulsory adoption of the pronouncements from 15 to 40 numbers issued by the CPC (Accounting Pronouncements Committee). Therefore, this study aimed to verify whether the companies that made the voluntary adoption of international accounting standards in the first quarter of 2010 differ in the level of corporate governance and the existence of economic incentives associated with this process. To do so, based on descriptive statistics, chi-square and equality of average, searched to characterize and differentiate the components companies of the IBrX-50 index of Bovespa (*São Paulo* Stock Market) that did or did not voluntary adoption of the pronouncements as for the level of corporate governance, size, exposure to international markets, net borrowing and growth opportunity. The results suggested that larger companies and greater exposure to international market were more likely to make the voluntary accession of new rules, but not with the listed companies on the Novo Mercado segment as of as corporate governance.

Keywords: Convergence to international accounting standards, corporate governance, economic incentives.

1. Introdução

O processo de convergência da contabilidade brasileira para as normas internacionais ganhou um impulso, no final do ano de 2007, com a regulamentação da Lei 11.638/07 que alterou a Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76. A globalização da economia é um dos fatores que está colaborando para este processo conforme comentado por Silva (2009, p.1):

A globalização econômica tem provocado transformações na base produtiva da economia mundial, estimulando a aceleração do processo de internacionalização de empresas. Esse processo estimula variados processos de convergência e interdependência. Também na área contábil, a internacionalização dos fluxos comerciais financeiros e tecnológicos expande a oportunidade de investimentos estrangeiros, o que, por sua vez gera a demanda por uma linguagem mais universal para as demonstrações financeiras.

Reforçando as considerações que as demonstrações financeiras universalizadas são uma demanda latente, Souza e Coutinho Filho (2007) ressaltam que as crises nas economias do Japão, Asiática e da Rússia despertaram a atenção dos organismos internacionais para o fato de que a contabilidade de cada país é diferente, com demonstrações contábeis que não atendem aos requisitos de uma economia globalizada.

No Brasil, ao longo dos últimos anos, o sistema contábil vem passando por transformações muito importantes e que tem como objetivo a convergência para as normas internacionais de contabilidade. A globalização e o desenvolvimento econômico do Brasil são fatores que podem estar contribuindo e de certa forma acelerando esta transformação.

Outro fator importante é o desenvolvimento do mercado de capitais como forma de financiamento das empresas. Uma grande soma dos valores captados nas ofertas públicas iniciais (IPO) vem de investidores estrangeiros que anseiam por mais transparência nas divulgações das demonstrações financeiras e, principalmente, a comparabilidade das informações com empresas de outros lugares do mundo.

A adesão às novas normas internacionais de contabilidade é um assunto em destaque, especialmente para o ano de 2010, em que as empresas de capital aberto, instituições financeiras e seguradoras deverão fazer a publicação das suas demonstrações financeiras integralmente com base nos padrões internacionais de contabilidade.

Pesquisa sobre IFRS (*International Financial Reporting Standard – IFRS*), no Brasil, realizada pela Ernest & Young, concluída em agosto de 2009, com executivos de 100 companhias no país, revela que a maioria não estava preparada para adotar, de forma bem sucedida, as novas normas contábeis que entraram em vigor a partir de 2010 para todas as empresas com ações em bolsa (ERNEST&YOUNG, 2009).

Dado as dificuldades que as empresas estão enfrentando na adoção inicial do IFRS, o que levariam algumas delas a sair na frente neste processo?

Daske *et al.* (2009) em seu estudo para verificar a adoção antecipada dos novos padrões de contabilidade e Lima *et al.* (2010) para investigar os determinantes do processo de convergência contábil no Brasil em sua primeira fase, fundamentaram-se na hipótese de que empresas com fortes incentivos econômicos são as mais propensas a adotar os novos dispositivos convergentes aos padrões internacionais.

Outro aspecto das empresas que poderia levá-las a ter incentivos de divulgação antecipada é seu grau de governança corporativa. Santos (2008, p. 2) argumenta que “[...] o fornecimento de informações de acordo com normas internacionais, consideradas de elevada qualidade, transparência e comparabilidade, reduz o risco do investimento e o custo de

capital”. Tais normas buscam refletir o valor de mercado da empresa em suas demonstrações contábeis.

Sendo assim, pode-se pensar que empresas que adotam regras mais robustas de governança corporativa estariam mais preparadas para migrar para o novo sistema contábil. Empresas com maior grau de governança corporativa poderiam estar mais propensas ou poderiam ser conduzidas de maneira mais ordenada ao processo de convergência.

Sendo assim, o objetivo deste artigo é verificar se as empresas que fizeram a adoção antecipada das normas internacionais de contabilidade no 1º Trimestre/2010 se diferenciam quanto ao nível de governança corporativa e à existência de incentivos econômicos associados a este processo.

Neste estudo, assim como no estudo de Lima *et al.* (2010), foram utilizados os incentivos econômicos: (i) tamanho, (ii) exposição ao mercado internacional, (iii) necessidade de financiamento e (iv) oportunidade de crescimento.

Utilizou-se uma amostra de 40 empresas que compõe o índice IBrX-50 da Bovespa para identificar aquelas que adotaram as normas internacionais de contabilidade já no primeiro trimestre de 2010 e, em seguida, os testes qui-quadrado e de Mann-Whitney foram usados para verificar se existiam diferenças nas variáveis sob estudo entre as empresas que adotaram as normas e aquelas que assim não o fizeram.

A quantidade de empresas que aderiram antecipadamente aos Pronunciamentos de nº 15 a 40 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é um termômetro de como elas estão preparadas para adotar esta nova legislação neste ano de 2010. Assim, acredita-se que este trabalho contribua para o melhor conhecimento do estágio atual de aderência das empresas ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

O artigo está estruturado da seguinte forma. A seção 2 discute o referencial teórico. A seção 3 expõe os aspectos metodológicos. Por sua vez, na seção 4 são apresentados os resultados e suas análises, seguidos pelas considerações finais.

2. Referencial Teórico

A necessidade de convergência da contabilidade para os padrões internacionais é uma necessidade latente no Brasil, mas os desafios são vários.

Para Martins, Martins e Martins (2007), os desafios começam com a formação cultural, que exige a mudança da influência da filosofia *code law* sobre a contabilidade, para uma filosofia do *true and fair view*. A primeira vem “[...] do direito romano, do direito da normatização extensiva e detalhada sobre todos os direitos e todas as obrigações, da exigência do cumprimento de tudo que estiver escrito da forma como está escrito.” (MARTINS, MARTINS, MARTINS; 2007 p. 8). A segunda tem “[...] o foco na prevalência da essência econômica sobre a forma jurídica e para a normatização *principles oriented*” (MARTINS, MARTINS, MARTINS; 2007 p. 29).

Conforme ERNEST&YOUNG (2009) outros desafios que as empresas enfrentam estão relacionados às cinco fases tradicionais para a implementação da convergência das novas regras: o levantamento do diagnóstico, o planejamento, a preparação, a implementação e revisão pós-implementação. Dentro destas cinco etapas, dois aspectos demandarão muito esforço: a infra-estrutura de sistema para abarcar as novas mudanças aliada à necessidade de novos controles e a capacitação dos funcionários responsáveis pela contabilidade sobre as novas práticas. Sobre o último aspecto Martins, Martins e Martins (2007, p. 30) comentam que:

[...] a exigência de adoção de uma contabilidade mais concentrada na essência do que na forma, a convergência descrita e a estrutura conceitual que fundamenta essas

normas internacionais fazem com que a contabilidade adquira um outro patamar. Ela só poderá ser desempenhada por profissionais bem formados, com capacidade de análise do que ocorre no mundo todo, com melhor formação econômica, com domínio pelo menos da língua inglesa também e, o que é fundamental: com formação técnica e ética que lhe permitam tomar decisão, deliberar sobre o que é a essência econômica do que precisa ser escriturado e analisado, e não simplesmente um seguidor de regras. Características que efetivamente dão direito a dizer que se trata de uma profissão liberal, e mais, uma profissão que pode vir a adquirir aqui o *status* que já possui em tantos outros países.

Existem pontos positivos com o processo de adoção das IFRS e dos pronunciamentos do CPC. Um deles é a excelente oportunidade para as empresas aprimorarem sua administração financeira. Outro é a mudança de foco da contabilidade, já que, até então, ela ainda sofria forte influência da legislação tributária. Principalmente depois da MP nº 449/08, que se transformou na Lei nº 11.941/09, a parte contábil ficou de certa forma, separada da fiscal. Assim, as exigências por maior *disclosure* ou transparência nos números reportados farão com que os resultados expostos representem mais corretamente as operações da empresa.

A transparência juntamente com a equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa são os princípios básicos da governança corporativa, segundo Código de Melhores Práticas do Instituto de Governança Corporativa do Brasil - IBCG (2009). Nesta linha, a contabilidade desempenha um papel fundamental no mecanismo de comunicação entre a empresa e o mercado em geral.

Malacrida e Yamamoto (2006, p. 68) relatam que a governança corporativa é uma forma de reduzir as distâncias entre o principal e o agente dentro da teoria da agência.

[...] a evolução constante das sociedades capitalistas traz uma nova relação entre as empresas e a sociedade como um todo e, em muitos casos, essa evolução culmina na segregação entre os proprietários das companhias e seus administradores. Essa segregação entre controle e gestão pode provocar conflitos de interesses entre acionistas, investidores e demais interessados na empresa. Nesse contexto de mudanças, surge a Governança Corporativa como um processo para reduzir a distância existente entre proprietários e administração da empresa e a sociedade de maneira geral.

Empresas com nível de governança corporativa mais elevada podem se tornar mais atrativas para os investidores e para os financiadores de capital. De acordo com o IBCG (2009 p. 19), governança corporativa é:

O sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

A respeito do conselho de administração, o IBCG (2010) comenta que no Brasil, estes profissionais vieram para alicerçar o movimento das boas práticas de governança corporativa e proporcionar às empresas modernidade na sua gestão e com isso buscar maior atratividade no mercado. A globalização, privatização e a desregulamentação da economia ajudaram a acelerar este processo que trouxe maior competitividade ao ambiente corporativo.

Este cenário, de certa forma, está ajudando o processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais, haja vista que se a empresa tiver de preparar suas demonstrações contábeis de acordo com diferentes normas de distintos países para se

comunicar com investidores nos vários mercados de capitais em que opera terá, com isso, elevados custos e dificuldades no processo de comunicação.

Souza e Coutinho Filho (2007) observam que, no cenário marcado pela internacionalização da economia, os grupos de usuários da contabilidade demandam por uma linguagem financeira universal, “[...] pois as demonstrações contábeis elaboradas em diferentes países com normas não uniformes geram demonstrativos incomparáveis, não atendendo às expectativas do mercado globalizado”. Surge, assim, a necessidade de harmonização das normas contábeis.

A harmonização contábil é um processo pelo qual, vários países de comum acordo, realizam mudanças expressivas nos seus sistemas contábeis, tornando-os compatíveis, e respeitando as peculiaridades de cada região. Observa-se, no entanto que a harmonização contábil não é uma fácil tarefa, uma vez que vários são os obstáculos para sua concretização. A harmonização é necessária para redução das divergências contábeis entre outros países. O objetivo deste processo não é extinguir as diferenças, mas apenas acomodá-las, pois a contabilidade deve ser direcionada ao atendimento das necessidades específicas de cada país. (WEFFORT, 2005, p. 21).

Dentro do processo de convergência para as normas internacionais no Brasil, um dos sinais positivos desta transformação aconteceu no final do ano de 2005, quando algumas entidades se uniram e formaram o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que é um órgão de direito privado. O CPC tem como objetivo:

O estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (2010).

Outro marco importante aconteceu no final de 2007, com a aprovação da Lei nº 11.638/07, conhecida como Nova Lei das S.A., em que foram criadas condições para a implementação das normas no ambiente local em consonância com as IFRS, abrindo caminho para o processo de convergência. O CPC foi oficializado como responsável pelo desenvolvimento de tais normas.

O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade por parte das empresas brasileiras que estão obrigadas a esta regulamentação, abrangeu duas etapas. A primeira, desenvolvida em 2008, com a emissão do pronunciamento técnico nº 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 (que engloba os CPCs de números 1 a 12), da medida provisória nº. 449/08 e mais o pronunciamento técnico CPC 14 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. Estes foram aplicados, em 2008, por força da própria lei de normatização de quase todos os órgãos reguladores contábeis brasileiros.

A segunda etapa desta convergência abrange os CPCs de números 15 a 40 (excetuando-se o de nº 34) e interpretações diversas. Estes novos CPCs, que foram emitidos em 2009, estão sendo sugeridos como adoção obrigatória por parte dos órgãos reguladores para 2010 com efeito retroativo para 2009 para fins de comparação.

Em função de algum atraso no cronograma inicial na emissão dos pronunciamentos técnicos, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), através da deliberação de nº 603 de 10 de novembro de 2009, facultou às empresas a apresentarem suas informações trimestrais (ITR) de 2010 com os CPCs da primeira etapa, porém deverão reapresentar todos os ITRs antes da publicação anual dos resultados de 2010.

Esta deliberação, além de aliviar a pressão sobre as empresas quanto à adesão às normas internacionais já no primeiro trimestre, permite uma amostragem da quantidade de empresas que estão prontas para adotar a segunda etapa das novas normas. Considerando que as empresas têm esta faculdade da não adoção, cabe a indagação sobre quais são os fatores que incentivaram algumas empresas a fazerem a adoção antecipada.

Daske *et al.* (2009, p.15) afirmam, com base na teoria econômica, que características como tamanho, rentabilidade, grau de internacionalização, oportunidade de crescimento, estrutura de capital disperso e necessidade de financiamento podem determinar a adoção antecipada dos novos padrões de contabilidade.

Lima *et al.* (2010), investigaram em seu estudo os determinantes do processo de convergência contábil no Brasil em sua primeira fase. Para isso, fundamentaram-se na hipótese de que empresas com fortes incentivos econômicos são as mais propensas a adotar os novos dispositivos convergentes aos padrões internacionais de forma que perfaçam mudanças materiais em suas políticas contábeis em relação àquelas que não possuem os mesmos incentivos. Os incentivos econômicos estudados por eles foram: tamanho, exposição ao mercado internacional, necessidade de financiamento e oportunidade de crescimento. Os achados da pesquisa sugeriram que as empresas maiores, mais expostas ao mercado internacional e que possuem maiores necessidades de financiamento são mais propensas a adotar os novos dispositivos.

Cabe ressaltar que a exposição ao mercado internacional pode ocorrer tanto pela emissão de ADRs (*American Depositary Receipt*) ou pela obrigatoriedade de as entidades apresentarem suas demonstrações financeiras conforme os padrões internacionais, o que poderia provocar pioneirismo no movimento de harmonização contábil.

3. Aspectos Metodológicos

O objetivo deste artigo foi verificar se as empresas que fizeram a adoção antecipada das normas internacionais de contabilidade no primeiro trimestre de 2010 se diferenciam daquelas que assim não o fizeram quanto ao nível de governança corporativa e aos incentivos econômicos associados a este processo, especificamente, tamanho, exposição ao mercado internacional, necessidade de financiamento e oportunidade de crescimento. Para isso, com base em estatísticas descritivas, teste qui-quadrado e para igualdade de duas médias, buscou-se caracterizar e diferenciar as empresas componentes do grupo que adotou as normas internacionais daquele que não adotou, conforme passos descritos a seguir.

3.1 Amostra

A amostra é composta pelas empresas que compõem o índice IBrX-50 da Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo – carteira vigente entre maio a agosto de 2010. Este é um índice que mede o retorno total de uma carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na bolsa em termos de liquidez, ponderadas pelo valor de mercado das ações disponíveis para negociação. Acredita-se que por terem uma participação expressiva no mercado de capitais brasileiro, as empresas que compõem a amostra teriam maior incentivo em apresentar os ITRs com a adesão aos novos CPCs.

Das 50 empresas, foram excluídas sete instituições financeiras e três holdings, neste último caso por falta de informações disponíveis na base de dados consultada. Portanto, trabalhou-se com os dados de 40 empresas.

3.2 Coleta de Dados

Os dados foram obtidos por meio de consulta às notas explicativas das demonstrações financeiras das empresas para verificar quais delas aderiram ou não aos CPCs já no primeiro trimestre de 2010. O nível de governança corporativa foi obtido no *site* da Bovespa, na lista das empresas que compõem o índice IBRx50. Já as variáveis representativas dos incentivos econômicos, foram extraídas da base de dados Economática.

Espera-se que as empresas que compõem a amostra e que pertencem à listagem do Novo Mercado da Bovespa sejam mais propensas à adesão antecipada, considerando que é exigida maior transparência em suas demonstrações contábeis.

Em relação aos incentivos econômicos, era esperado que as empresas que aderiram aos CPCs fossem (i) maiores, (ii) mais expostas ao mercado internacional, (iii) com maiores necessidades de financiamento e (iv) maiores oportunidades de crescimento. Seguindo a metodologia adotada por Lima *et al.* (2010), foram usadas as seguintes *proxies* para cada um dos incentivos econômicos:

- tamanho da empresa: ativo total e valor de mercado;
- exposição ao mercado internacional: se as empresas emitem ou não ADRs;
- necessidade de envidivamento: razão entre o passivo total e o ativo total;
- oportunidade de crescimento: índice *market-to-book* (MTB) é obtido pelo valor de mercado dividido pelo patrimônio líquido.

As variáveis levantadas, neste estudo, bem como sua descrição, indicação da escala de medida e período a que se referem, encontram-se no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Variáveis relativas às Características de Empresas Componentes do Índice IBRx-50 da Bovespa do período maio/agosto de 2010

Variável	Descrição	Escala	Período
Adesão ao CPCs	Esta variável verifica se as empresas fizeram a adesão antecipada aos CPCs de números 15 ao 40. Pergunta binária ("1" caso afirmativo e "0" se negativo)	Nominal	1º Trimestre/2010
Emissão de ADRs	Esta variável verifica se as empresas são emissoras de ADRs. Pergunta binária ("1" caso afirmativo e "0" se negativo)	Nominal	1º Trimestre/2010
Nível de Governança Corporativa	Esta variável faz a classificação das empresas quanto ao nível de governança corporativa: Novo Mercado, Nível 1, Nível 2 e Não classificada.	Ordinal	1º Trimestre/2010
Ativo Total	Valor do ativo total de cada empresa denominado em milhares de reais.	Intervalar	31/12/2009
Valor de Mercado	Valor da ação vezes o número total de ações, ponderado pelo tipo de ação.	Intervalar	31/12/2009
Necessidade de Financiamento	Representado pelo passivo total dividido pelo ativo total.	Intervalar	31/12/2009
Índice <i>Market-to-book</i>	(MTB) é obtido pelo valor de mercado dividido pelo patrimônio líquido.	Intervalar	31/12/2009

3.3 Análises dos dados

A análise dos dados foi orientada por medidas de estatística descritiva, teste qui-quadrado e teste para igualdade de duas médias.

A análise descritiva foi realizada com o objetivo de identificar qual era o percentual de empresas que adotaram ou não os CPCs de números 15 a 40 no primeiro trimestre de 2010, bem como verificar se há diferenças entre os dois grupos de empresas em relação às variáveis estudadas.

Para testar se as diferenças eram estatisticamente significativas foram utilizados os testes qui-quadrado no caso das variáveis com escala nominal e ordinal e para igualdade de duas médias para as variáveis com escala intervalar.

O teste qui-quadrado é recomendado para esclarecer se a distribuição das variáveis por categoria é aleatória ou se há um padrão determinado por interdependência entre as variáveis. Neste caso, especificamente, se existe interdependência entre as empresas que adotaram os CPCs e as que são pertencentes ao Novo Mercado. Também entre as primeiras e as que emitiram ADRs. Conforme Martins e Theóphilo (2007), o teste qui-quadrado pode ser usado quando se quer estudar a associação ou dependência entre duas variáveis. A hipótese testada é H_0 : as variáveis são independentes.

O teste de igualdade de duas médias teve por finalidade verificar se haviam diferenças estatisticamente significativas entre ativo total, valor de mercado, necessidade de financiamento e índice *market-to-book* entre os grupos de empresas que adotaram ou não adotaram os CPCs no primeiro trimestre/2010. Para esta análise, inicialmente, seria usado o teste t para duas amostras independentes, mas os pressupostos de distribuição normal e homogeneidade de variância não foram atendidos. Por isso, optou-se pelo teste de *Mann-Whitney*, também usado para testar se duas amostras independentes foram retiradas de populações com médias iguais. De acordo com Martins e Theóphilo (2007, p. 123), “[...] trata-se de uma interessante alternativa ao teste paramétrico para igualdade de médias (teste t), pois o teste de *Mann-Whitney* não exige nenhuma hipótese sobre distribuições populacionais e suas variâncias”.

As hipóteses estabelecidas para este teste foram:

- H_0 : média das empresas que adotaram CPCs = média das empresas que não adotaram os CPCs
- H_1 : média das empresas que adotaram CPCs \neq média das empresas que não adotaram os CPCs

As análises estatísticas foram realizadas com a utilização do software SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*.

4. Análise dos Resultados

4.1 Estatísticas Descritivas

A análise descritiva realizada para as empresas que compõem o índice IBRx50 da Bovespa é apresentada a seguir.

O tamanho total da amostra e o tamanho da amostra segregada entre as empresas que adotaram os CPCs no primeiro trimestre de 2010 e as que não adotaram encontram-se na Tabela 1:

Tabela 1: Composição da Amostra, por Adoção ou não dos CPCs - 1º Trimestre/2010

Tamanho da Amostra	Empresas	
<i>Adotaram</i>	13	32,6%
<i>Não Adotaram</i>	27	67,4%
<i>Total</i>	40	100%

Da amostra investigada de 40 empresas, 13 empresas ou 32,59% do total fizeram a adesão aos novos pronunciamentos contábeis. As empresas que não adotaram foram 27 ou 67,4% do total. Considerando que a amostra é representada pelas empresas com maior

liquidez de suas ações, selecionadas entre as mais negociadas na Bovespa, a maioria ainda não está totalmente preparada para fazer a adesão aos novos Pronunciamentos Contábeis, mesmo sendo as empresas com maiores incentivos quanto à sua atratividade no mercado de capitais brasileiro.

Tabela 2: Nível de Governança Corporativa de Empresas Componentes do Índice IBRx-50 da Bovespa, por adoção ou não dos CPCs - 1º Trimestre/2010

Nível de Governança Corporativa	Não Classificada	Nível 1	Nível 2	Novo Mercado
<i>Adoção</i>	3	4	3	3
<i>Não Adoção</i>	4	5	2	16
<i>Total</i>	7	9	5	19

Das 13 empresas que fizeram a adoção antecipada, a classificação por nível de governança corporativa ficou da seguinte forma: três pertencem ao Novo Mercado, quatro ao Nível 1, três ao Nível 2 e as outras três empresas não foram classificadas nos segmentos estabelecidos pela Bovespa. Já a classificação das 27 empresas que não fizeram a adoção foi: 16 pertencem ao Novo Mercado, cinco ao Nível 1, duas ao Nível 2 e as outras quatro empresas não foram classificadas. A expectativa inicial de que as empresas que fariam a adesão antecipada seriam as empresas pertencentes ao Novo Mercado não se concretizou.

Tabela 3: Empresas que Emitiram ou não ADRs Componentes do Índice IBRx-50 da Bovespa, por adoção ou não dos CPCs no 1º Trimestre/2010

Emissão de ADRs	Sim	Não
<i>Adoção</i>	9	4
<i>Não Adoção</i>	8	19
<i>Total</i>	17	23

Das 40 empresas que foram investigadas, 17 empresas são emissoras de ADRs e 23 não emissoras. Do total das 17 emissoras de ADRs, nove empresas fizeram a adoção antecipada dos CPSs, representando mais de 50% das empresas com maior exposição internacional. O resultado está alinhado com a expectativa inicial desta pesquisa.

Tabela 4: Estatísticas Descritivas do Ativo Total, em 31/12/2009, das Empresas Componentes do Índice IBRx-50 da Bovespa, por adoção ou não dos CPCs no 1º Trimestre/2010

Ativo Total	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
<i>Adoção</i>	62.444.138,92	102.737.142,10	1.832.162,00	365.998.064,00
<i>Não Adoção</i>	19.263.190,27	26.226.699,45	547.063,00	131.462.225,00

As empresas que fizeram à adoção antecipada apresentaram ativo total, em média, maior do que aquelas que não aderiram aos novos dispositivos, o mesmo podendo ser observado quanto aos valores máximos e mínimos de tal variável. Este resultado sugere que o tamanho, representado pelo valor do ativo total, pode ser um incentivo econômico que tem levado as empresas a fazer a adesão antecipada aos novos CPCs. Em ambos os casos, cabe destacar a grande dispersão dos dados em torno da média, dado pelo desvio padrão.

Este resultado está em linha com os achados da pesquisa de Lima *et al.* (2010) quando investigaram a observância das práticas de convergência às normas internacionais em sua primeira etapa.

Tabela 5: Estatísticas Descritivas do Valor de Mercado, em 31/12/2009, das Empresas Componentes do Índice IBRx-50 da Bovespa, por adoção ou não dos CPCs no 1º Trimestre/2010

Valor de Mercado	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Adoção	54.515.538,00	84.212.296,19	3.674.139,00	252.790.929,00
Não Adoção	13.816.219,31	12.494.405,17	601.956,00	57.211.503,00

As empresas que fizeram à adoção antecipada apresentaram maior valor de mercado, em média, do que aquelas que não adotaram os novos dispositivos, o mesmo ocorre com valores máximos e mínimos de tal variável. Este resultado sugere que tamanho, neste caso representado pelo valor de mercado, pode ser um incentivo econômico que tem levado as empresas a fazer a adesão antecipada aos novos CPCs. Da mesma forma que a variável ativo total, este resultado está em linha com os achados da pesquisa de Lima *et al.* (2010).

Tabela 6: Estatísticas Descritivas do Índice de Necessidade de Financiamento, em 31/12/2009, das Empresas Componentes do Índice IBRx-50 da Bovespa, por adoção ou não dos CPCs no 1º Trimestre/2010

Necessidade de Endividamento	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Adoção	0,59	0,14	0,44	0,93
Não Adoção	0,56	0,22	0,09	0,93

O índice que representa a necessidade de endividamento, na média, está muito próximo nos dois grupos. Há divergência nos valores mínimos, sendo menor para o grupo que não adotou os novos CPCs. Já os valores máximos são idênticos. Este resultado sinaliza que a variável necessidade de endividamento não parece ser um incentivo econômico que diferencia os dois grupos. Este resultado vai de encontro com os achados da pesquisa de Lima *et al.* (2010) sobre a primeira etapa do processo de convergência.

Tabela 7: Estatísticas Descritivas do Índice Market-to-Book, em 31/12/2009, das Empresas Componentes do Índice IBRx-50 da Bovespa, por adoção ou não dos CPCs no 1º Trimestre/2010

Índice Market-to-Book	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Adoção	3,64	4,41	0,35	20,87
Não Adoção	3,34	3,43	0,82	13,46

Os dois grupos de empresas tiveram pouca variação nos valores médios do índice *Market-to-Book*. Os valores mínimos e máximos estão em sentidos opostos entre os grupos de empresas, sendo o maior valor mínimo para as empresas que não adotaram os CPCs e o maior valor máximo para as empresas que adotaram. Novamente, parece que esta variável não se comportou como um incentivo econômico para a adoção antecipada. Este resultado corrobora o que foi achado por Lima *et al.* (2010) na primeira etapa.

4.2 Teste Qui-quadrado

O teste qui-quadrado foi realizado com o objetivo de verificar se as diferenças existentes entre os grupos de empresas que adotaram ou não os CPCs eram significativas quanto ao nível de governança corporativa e emissão ou não de ADRs. O teste qui-quadrado compara a frequência esperada em cada uma das categorias das variáveis com a frequência observada. As hipóteses testadas foram:

H_0 : As variáveis consideradas no estudo e a variável Adoção dos CPCs são independentes.

H_1 : As variáveis consideradas no estudo e a variável Adoção dos CPCs são dependentes.

Para atender ao pressuposto do teste de nenhum valor esperado ser menor do que 5, as categorias nível 1, nível 2 e não classificada da variável governança corporativa foram agregadas em apenas uma categoria.

Tabela 8: Resultados do Teste Qui-quadrado entre as Variáveis: Adoção ou não dos CPCs com Nível de Governança Corporativa e Emissão ou não de ADRs.

	Valor da Estatística	Probabilidade
Nível de Governança Corporativa	5,631	0,018*
Emissão de ADRs	4,607	0,032*

*: é significativo a um nível de significância de 5%

O teste Qui-quadrado, representado na Tabela 8, apresenta nível de significância inferior a 0,05 (nível de significância do teste), levando à rejeição de H_0 (independência entre as variáveis).

No caso do nível de governança corporativa, o resultado vai de encontro ao esperado, já que pelas estatísticas descritivas, percebeu-se que 16 das 19 empresas do Novo Mercado não aderiram aos novos CPCs. Já em relação à emissão de ADRs, o resultado confirma a hipótese que empresas mais expostas ao mercado internacional têm maior incentivo para convergência às normas internacionais. O resultado referente à exposição internacional está em linha com os achados da pesquisa de Lima *et al.* (2010) quando investigou a observância das práticas de convergência às normas internacionais em sua primeira etapa.

4.3 Testes para Igualdade de duas Médias

O teste para igualdade de duas médias foi realizado com o objetivo de verificar se as diferenças existentes entre as empresas que adotaram ou não os CPCs no primeiro 1º Trimestre/2010 eram significativas.

Tabela 9: Teste de Significância para a Igualdade de Duas Médias

Variáveis	Adoção	Não Adoção	Nível de Sig. (Mann-Whitney)
Ativo Total	62.444.138,92	19.263.190,27	0,067*
Valor de Mercado	54.515.538,00	13.816.219,31	0,116
Necessidade de Endividamento	0,59	0,56	0,954
Índice <i>Market-to-book</i>	3,64	3,34	0,941

*: é significativo a um nível de significância de 10%

Conforme os resultados da Tabela 9, podem-se verificar que apenas a diferença entre o ativo total médio entre as empresas que adotaram ou não os CPCs é significativa (nível de significância menor que 10%). Portanto, com base nesta *proxy*, os resultados sugerem que o tamanho da empresa apresenta-se como um incentivo econômico para adoção ou não das normas internacionais de contabilidade, o mesmo não ocorrendo com as demais variáveis.

O resultado da pesquisa de Lima *et al.* (2010) sugeriu que as empresas maiores, mais expostas ao mercado internacional e que possuem maiores necessidades de financiamento são mais propensas a adotar os novos dispositivos. Os resultados desta pesquisa são convergentes com os de Lima *et al.* (2010) quanto ao tamanho enquanto incentivo e ao índice *Market-to-Book* por não ser considerado uma variável significativa. Já em relação à variável necessidade de financiamento, os resultados são divergentes.

5. Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi verificar, com base nas informações trimestrais do resultado de março de 2010, quais foram os incentivos econômicos que levaram as empresas a adotarem antecipadamente os CPCs de números 15 a 40, bem como verificar se estas empresas pertencem ao segmento do Novo Mercado na listagem da Bovespa.

Para esta pesquisa, adotou-se como amostra as empresas que compõem o índice IBRX-50 da Bovespa, por serem as empresas com ações mais negociada na bolsa de valores, desta forma proporcionando maior atratividade para os investidores e, presumivelmente, com maiores incentivos quanto à divulgação de informações de natureza econômico-financeiras.

O ano de 2010 é um marco para o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, já que é o primeiro ano em que as empresas de capital aberto, seguradoras e instituições financeiras adotarão pela primeira vez as normas internacionais em sua integralidade. O primeiro trimestre de 2010 foi um sinalizador para verificar a quantidade de empresas que já estão preparadas, já que a CVM flexibilizou a adoção das normas internacionais quando da divulgação das demonstrações contábeis trimestrais.

Com base em estatísticas descritivas, teste qui-quadrado e testes para igualdade de médias, buscou-se caracterizar e diferenciar os grupos de empresas formados quanto à adesão ou não aos novos CPCs. Os resultados sugeriram que os incentivos econômicos tamanho da empresa, aproximado pelo ativo total, e maior exposição ao mercado internacional, relacionada à emissão de ADRs, podem ter influenciado a adoção antecipada das normas internacionais de contabilidade. Também se observou que a empresa ser classificada na Bovespa como pertencente ao Novo Mercado, nível mais exigente quanto à governança corporativa, o que envolve inclusive um maior nível de *disclosure*, não parece ser um facilitador ou incentivo para a adesão aos novos dispositivos.

Considerando que a adoção das normas internacionais envolve a superação de desafios como os relacionados à infra-estrutura e à existência de pessoal capacitado, faz sentido as empresas maiores estarem mais preparadas. O mesmo pode ser dito sobre empresas expostas ao mercado internacional, haja vista que, de certa forma, uma estrutura já foi criada para a apresentação das demonstrações contábeis nos padrões internacionais.

Para pesquisas futuras, sugere-se acompanhar a evolução do processo de convergência de fato para as normas internacionais de contabilidade, ou seja, se efetivamente todas as regras estão sendo cumpridas e identificar quais são aquelas que as empresas apresentam menor grau de *compliance*. Além disso, a realização de estudos de casos que ajudem a entender com maior profundidade o impacto das normas internacionais nos processos internos das organizações e na qualidade das informações por elas divulgadas.

Referências

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home>. Acesso em: 16/05/2010.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm. Acesso em: 20/05/2010.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm Acesso em: 20/05/2010.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/2009/lei11941.htm> Acesso em: 20/05/2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Deliberação CVM nº 603, de 10 de Novembro de 2009. Disponível em: www.cvm.gov.br. Acesso em: 20/05/2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamentos**. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 25/05/2010.

DASKE, Holger; HAIL, Luzi; LEUZ, Christian; VERDI, Rodrigo. Adopting a Label: Heterogeneity in the Economic Consequences of IFRS Adoptions. **Working Paper**, University of Pennsylvania and University of Chicago, 2009. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=979650. Acesso em 04 jul 2010.

ERNEST&YOUNG. **IFRS Journal nº. 9**. São Paulo: Novembro-Dezembro, 2009. Disponível em: www.ey.com/Publication/vwLUAssets/IFRS_Journal_9. Acesso em: 25/05/2010.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em: 16/05/2010.

IBCG - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das melhores práticas de governança corporativa. São Paulo, SP: IBGC, 2009. Disponível em: www.ibgc.org.br/Secao. Acesso em: 19/05/2010.

LIMA, Vinícius Simmer de; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio de; LIMA, Iran Siqueira de; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Determinantes da Convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade no Brasil. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANPCONT, 4, 2010, Natal. **Anais...** Natal: ANPCONT, 2010.

MALACRIDA, Mara J. C.; YAMAMOTO, Marina M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das suas ações na Bovespa. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, edição comemorativa, p. 65-79, set/2006.

MARTINS, Eliseu; MARTINS, Vinícius A.; MARTINS, Eric A.. Normatização contábil: ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. **Revista de Informação Contábil**. Pernambuco, v. 1, n. 1, p. 7-30, set/2007.

MARTINS, Gilberto Martins; THEÓPHILO, Carlos Renato **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Edilma Pinheiro da. **O impacto da adoção das normas contábeis internacionais no ensino superior de contabilidade, segundo a percepção dos docentes**. Rio de Janeiro. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SOUZA, Alan; COUTINHO FILHO, Fernando. **Harmonização internacional**: um estudo sobre as dificuldades de convergência das normas contábeis brasileira em relação às normas

internacionais de contabilidade (IFRS). *In*: Congresso USP de Iniciação Científica em Controladoria e Contabilidade, 4, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Christiano A. B. dos. **Os impactos da conversão de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards (IFRS): um estudo de caso da companhia Arcelor Brasil S.A.** 2008. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo.

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídicos e educacionais, da cultura e do mercado.** São Paulo: Atlas, 2005.